

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	21
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
Notas Explicativas	41

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	87.163.450
Preferenciais	0
Total	87.163.450
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	1.723.895	1.526.385	1.310.203
1.01	Ativo Circulante	290.670	266.305	272.712
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	187.144	154.418	168.581
1.01.02	Aplicações Financeiras	8.361	7.487	9.247
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.361	7.487	9.247
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	8.361	7.487	9.247
1.01.03	Contas a Receber	48.900	65.923	68.606
1.01.03.01	Clientes	48.900	65.923	68.606
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.932	12.705	8.540
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.932	12.705	8.540
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.387	4.019	3.684
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.946	21.753	14.054
1.01.08.03	Outros	27.946	21.753	14.054
1.02	Ativo Não Circulante	1.433.225	1.260.080	1.037.491
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	213.866	74.453	48.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	67.564	71.943	45.997
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	67.564	71.943	45.997
1.02.01.03	Contas a Receber	1.577	2.510	2.327
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.577	2.510	2.327
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	144.725	0	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	144.725	0	0
1.02.02	Investimentos	8	239.614	231.706
1.02.02.01	Participações Societárias	8	239.614	231.706
1.02.03	Imobilizado	1.206.693	944.720	756.999
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.206.693	944.720	756.999
1.02.03.01.01	Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional	1.206.693	931.260	738.890
1.02.03.01.02	Outros imobilizados	0	13.460	18.109
1.02.04	Intangível	12.658	1.293	462

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01	Intangíveis	12.658	1.293	462
1.02.04.01.02	Software	12.658	1.293	462

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	1.723.895	1.526.385	1.310.203
2.01	Passivo Circulante	496.168	385.584	333.248
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.513	13.537	25.650
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.513	13.537	25.650
2.01.01.01.01	Salários e férias a pagar	7.368	7.640	5.048
2.01.01.01.02	Distribuição de lucros a pagar	8.145	5.897	20.602
2.01.02	Fornecedores	52.207	15.920	21.971
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.207	15.920	21.971
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.168	4.014	3.033
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.168	4.014	3.033
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	7.168	4.014	3.033
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	416.653	350.176	279.890
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	228.130	190.047	157.723
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	228.130	190.047	157.723
2.01.04.02	Debêntures	43.594	43.647	29.751
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	144.929	116.482	92.416
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	144.929	116.482	92.416
2.01.05	Outras Obrigações	4.627	1.937	2.704
2.01.05.02	Outros	0	1.937	2.704
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	0	1.937	2.704
2.02	Passivo Não Circulante	1.064.427	908.549	763.646
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	969.362	801.942	669.907
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	789.375	595.931	421.685
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	789.375	595.931	421.685
2.02.01.02	Debêntures	75.750	118.590	189.030
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	104.237	87.421	59.192
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	104.237	87.421	59.192
2.02.02	Outras Obrigações	1.002	1.424	2.155

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	1.002	1.424	2.155
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	1.002	1.424	2.155
2.02.03	Tributos Diferidos	92.974	101.984	88.441
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.974	101.984	88.441
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.390	86.958	77.788
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	19.584	15.026	10.653
2.02.04	Provisões	1.089	3.199	3.143
2.02.04.02	Outras Provisões	1.089	3.199	3.143
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	1.089	3.199	3.143
2.03	Patrimônio Líquido	163.300	232.252	213.309
2.03.01	Capital Social Realizado	102.723	87.163	87.163
2.03.04	Reservas de Lucros	58.861	130.955	107.600
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.716	14.134	18.546

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	635.451	515.854	387.130
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-463.225	-364.238	-262.813
3.03	Resultado Bruto	172.226	151.616	124.317
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.235	-16.747	89.913
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.186	-2.264	-1.088
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.452	-21.136	-24.487
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	99	0	107.703
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1.215	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	304	7.868	7.785
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	141.991	134.869	214.230
3.06	Resultado Financeiro	-107.928	-100.871	-85.492
3.06.01	Receitas Financeiras	0	53.750	41.246
3.06.02	Despesas Financeiras	-107.928	-154.621	-126.738
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	34.063	33.998	128.738
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.838	-9.170	-42.996
3.08.02	Diferido	-18.838	-9.170	-42.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.225	24.828	85.742
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	1.004
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	1.004
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.225	24.828	86.746
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,59633	0,28484	0,9837
3.99.01.02	ON	0,59633	0,28484	0,99521
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,59633	0,28484	0,9837
3.99.02.02	ON	0,59633	0,28484	0,99521

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	51.978	24.828	86.746
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.978	24.828	86.746

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	346.125	242.331	168.682
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	294.954	246.143	200.341
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.171	-3.812	-31.659
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-537.656	-50.502	2.927
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	224.257	-205.992	-34.489
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	32.726	-14.163	137.120
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	154.418	168.581	31.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	187.144	154.418	168.581

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	87.163	6.809	124.146	0	14.134	232.252
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	87.163	6.809	124.146	0	14.134	232.252
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	12.418	-12.418	0
5.04.08	Realização do custo atribuído da controlada, líquido de impostos	0	0	0	9.493	-9.493	0
5.04.09	Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	0	0	0	2.925	-2.925	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	15.560	2.599	-74.693	-12.418	0	-68.952
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-15.560	0	0	0
5.06.04	Integralização de Capital	15.560	0	0	0	0	0
5.06.05	Redução por Cisão	0	0	-108.585	0	0	-108.585
5.06.06	Resultado do Exercício	0	0	0	51.978	0	51.978
5.06.07	Constituição de Reserva Legal	0	0	0	-2.599	0	0
5.06.08	Dividendos Propostos	0	2.599	0	-12.345	0	-12.345
5.06.09	Constituição de reserva para retenção de lucros	0	0	49.452	-49.452	0	0
5.07	Saldos Finais	102.723	9.408	49.453	0	1.716	163.300

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	87.163	5.568	102.032	0	18.546	213.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	29.252	-4.412	24.840
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	87.163	5.568	102.032	29.252	14.134	238.149
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.241	22.114	-29.252	0	-5.897
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.897	0	-5.897
5.04.08	Outras Destinações	0	1.241	22.114	-23.355	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	87.163	6.809	124.146	0	14.134	232.252

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	87.163	1.231	30.916	0	50.603	169.913
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	118.878	-32.057	86.821
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	87.163	1.231	30.916	118.878	18.546	256.734
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.337	71.116	-118.878	0	-43.425
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.602	0	-20.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.823	0	-2.823
5.04.08	Outras Destinações	0	4.337	71.116	-95.453	0	-20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	87.163	5.568	102.032	0	18.546	213.309

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	679.189	567.808	630.844
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	629.008	569.407	525.155
7.01.02	Outras Receitas	53.077	244	106.385
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.896	-1.843	-696
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-156.730	-187.194	-212.769
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-141.905	-169.747	-193.987
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.825	-17.447	-18.782
7.03	Valor Adicionado Bruto	522.459	380.614	418.075
7.04	Retenções	-174.757	-145.999	-121.049
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-174.757	-145.999	-121.049
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	347.702	234.615	297.026
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.926	28.572	24.412
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	535	7.868	7.785
7.06.02	Receitas Financeiras	6.391	20.704	16.627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	354.628	263.187	321.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	354.628	263.187	321.438
7.08.01	Pessoal	94.521	59.836	41.559
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	91.407	53.294	86.055
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.722	125.229	107.078
7.08.03.01	Juros	111.547	120.475	104.461
7.08.03.02	Aluguéis	5.175	4.754	2.617
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.978	24.828	86.746
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	2.824
7.08.04.02	Dividendos	12.345	5.897	20.602
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	39.633	18.931	63.320

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	0	1.648.275	1.397.410
1.01	Ativo Circulante	0	287.757	281.280
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	164.186	170.426
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	7.487	9.247
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	7.487	9.247
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	0	7.487	9.247
1.01.03	Contas a Receber	0	74.475	73.964
1.01.03.01	Clientes	0	74.475	73.964
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	15.044	9.391
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	15.044	9.391
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	4.019	3.684
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	22.546	14.568
1.01.08.03	Outros	0	22.546	14.568
1.02	Ativo Não Circulante	0	1.360.518	1.116.130
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	76.849	49.589
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	71.943	45.997
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	0	71.943	45.997
1.02.01.03	Contas a Receber	0	4.906	3.592
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	4.906	3.592
1.02.02	Investimentos	0	158.746	158.564
1.02.02.01	Participações Societárias	0	158.746	158.564
1.02.03	Imobilizado	0	1.108.947	892.956
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	1.108.947	892.956
1.02.03.01.01	Veículos, tratores e colhederas sujeitos a arrendamento mercantil operacional	0	931.260	738.890
1.02.03.01.02	Outros imobilizados	0	177.687	154.066
1.02.04	Intangível	0	15.976	15.021
1.02.04.01	Intangíveis	0	15.976	15.021
1.02.04.01.02	Ágio em aquisição de controlada	0	14.436	14.436

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01.03	Software	0	1.540	585

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	0	1.648.275	1.397.410
2.01	Passivo Circulante	0	410.734	386.276
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	15.321	26.946
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	15.321	26.946
2.01.01.01.01	Salários e férias a pagar	0	9.424	6.344
2.01.01.01.02	Distribuição de lucros a pagar	0	5.897	20.602
2.01.02	Fornecedores	0	18.872	26.525
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	18.872	26.525
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	5.348	4.500
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	5.348	4.500
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	0	5.348	4.500
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	367.594	317.036
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	205.583	193.958
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	205.583	193.958
2.01.04.02	Debêntures	0	43.647	29.751
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	118.364	93.327
2.01.04.03.01	Arrendamento mercantil	0	118.364	93.327
2.01.05	Outras Obrigações	0	3.599	11.269
2.01.05.02	Outros	0	3.599	11.269
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	0	3.599	11.269
2.02	Passivo Não Circulante	0	1.004.957	797.490
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	886.115	691.203
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	675.516	441.551
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	675.516	441.551
2.02.01.02	Debêntures	0	118.590	189.030
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	92.009	60.622
2.02.01.03.01	Arrendamento mercantil	0	92.009	60.622
2.02.02	Outras Obrigações	0	1.599	3.907

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	0	1.599	3.907
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	0	1.599	3.907
2.02.03	Tributos Diferidos	0	112.037	97.298
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	112.037	97.298
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	97.011	86.645
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferidos	0	15.026	10.653
2.02.04	Provisões	0	5.206	5.082
2.02.04.02	Outras Provisões	0	5.206	5.082
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	0	5.206	5.082
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	0	232.584	213.644
2.03.01	Capital Social Realizado	0	87.163	87.163
2.03.04	Reservas de Lucros	0	130.955	107.600
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	14.134	18.546
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	332	335

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	587.345	439.968
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-407.560	-295.760
3.03	Resultado Bruto	0	179.785	144.208
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	0	-31.700	75.726
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-2.771	-1.691
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	0	-26.824	-28.670
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	106.447
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-2.287	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	182	-360
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	0	148.085	219.934
3.06	Resultado Financeiro	0	-111.340	-92.878
3.06.01	Receitas Financeiras	0	54.195	41.534
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-165.535	-134.412
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	36.745	127.056
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-11.908	-41.265
3.08.02	Diferido	0	-11.908	-41.265
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	24.837	85.791
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	1.004
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	1.004
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	0	24.837	86.795
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	24.828	86.746
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	9	49
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	0,28484	0,9837
3.99.01.02	ON	0	0,28484	0,99521
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	0,28484	0,9837

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.02.02	ON	0	0,28484	0,99521

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	0	24.828	86.746
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	0	24.828	86.746
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	24.828	86.746

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	255.876	184.443
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	260.782	212.357
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-4.906	-27.914
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-95.475	-29.940
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-166.641	-18.904
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-6.240	135.599
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	170.426	34.827
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	164.186	170.426

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	87.163	5.568	102.032	0	18.546	213.309	335	213.644
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	29.252	-4.412	24.840	-3	24.837
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	87.163	5.568	102.032	29.252	14.134	238.149	332	238.481
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.241	22.114	-29.252	0	-5.897	0	-5.897
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.897	0	-5.897	0	-5.897
5.04.08	Outras Destinações	0	1.241	22.114	-23.355	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	87.163	6.809	124.146	0	14.134	232.252	332	232.584

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	87.163	1.231	30.916	0	50.603	169.913	361	170.274
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	118.878	-32.057	86.821	-26	86.795
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	87.163	1.231	30.916	118.878	18.546	256.734	335	257.069
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.337	71.116	-118.878	0	-43.425	0	-43.425
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-20.602	0	-20.602	0	-20.602
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.823	0	-2.823	0	-2.823
5.04.08	Outras Destinações	0	4.337	71.116	-95.453	0	-20.000	0	-20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	87.163	5.568	102.032	0	18.546	213.309	335	213.644

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	0	649.269	683.962
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	650.549	578.414
7.01.02	Outras Receitas	0	563	106.244
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-1.843	-696
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	0	-219.012	-228.221
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-193.475	-207.747
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-25.537	-20.474
7.03	Valor Adicionado Bruto	0	430.257	455.741
7.04	Retenções	0	-150.612	-125.534
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-150.612	-125.534
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	0	279.645	330.207
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	24.074	18.376
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	182	-360
7.06.02	Receitas Financeiras	0	23.892	18.736
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	0	303.719	348.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	0	303.719	348.583
7.08.01	Pessoal	0	75.012	50.214
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	56.567	38.079
7.08.01.02	Benefícios	0	14.870	9.574
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	3.575	2.561
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	65.552	95.109
7.08.02.01	Federais	0	48.935	77.013
7.08.02.02	Estaduais	0	9.653	13.232
7.08.02.03	Municipais	0	6.964	4.864
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	138.318	116.465
7.08.03.01	Juros	0	133.564	113.848
7.08.03.02	Aluguéis	0	4.754	2.617
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	24.837	86.795

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	2.824
7.08.04.02	Dividendos	0	5.897	20.602
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	18.940	63.369

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prezados Senhores,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., uma das maiores empresas brasileiras de locação de veículos leves, máquinas/equipamentos pesados e prestação de serviços relacionados, submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados em relação ao mesmo período de 2012, exceto quando especificado em contrário.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 celebrou o aniversário de 40 anos da Ouro Verde e reiterou características marcantes da “personalidade” que a Companhia construiu nesta trajetória. Apesar dos inúmeros desafios do nosso ambiente de negócios, a atuação do nosso time de colaboradores comprometidos e que exercem seu pleno potencial tornou possível realizações que confirmam a nossa excelência e vocação para inovar e crescer.

O mercado brasileiro de locação de veículos e máquinas/equipamentos pesados vem crescendo significativamente ao longo dos últimos anos, e a Ouro Verde vem respondendo à altura dos novos desafios. Durante esse processo de adequação ao novo ambiente de negócios, a Companhia uniu esforços, competências, recursos e know-how no desenvolvimento de um modelo de negócio único que permitisse o crescimento da base de clientes em todo o território nacional, oferecendo soluções diferenciadas para que nossos clientes se concentrem em seu core business.

Os resultados do ano foram expressivos. A Ouro Verde atingiu uma receita líquida de serviços no montante de R\$ 559,6 milhões, um crescimento de 27,6% quando comparado ao exercício anterior. O Ebitda dos segmentos de terceirização de frota e locação de máquinas e equipamentos pesados totalizou R\$325,5 milhões, com uma Margem Ebitda de 58,2%. O lucro líquido alcançou a marca de R\$ 52,0 milhões, alta de 109,4%. Outro dado significativo é a receita futura contratada, que são as receitas já contratadas junto aos nossos clientes ao longo dos próximos anos, que atingiu R\$ 1.651,4 milhões no encerramento de 2013, com prazo médio de contratos de 4,7 anos.

Apesar do tímido desempenho da atividade econômica do país em 2013, a Ouro Verde apresentou crescimento superior ao do PIB. Nos últimos anos, nossas taxas de crescimento se mantêm próximos a 30%. A demanda por locação de veículos e máquinas/equipamentos pesados permaneceu elevada durante todo o ano, o que levou a Companhia a investir ao longo de 2013, R\$ 533,1 milhões em nossa frota, 30,9% superior ao ano de 2012.

A Ouro Verde soube aproveitar as oportunidades que se apresentaram ao longo de 2013 e superou os desafios encontrados ao agir com transparência e compromisso com a geração de valor, respondendo rapidamente aos sinais do mercado.

Nestes últimos quatro anos, investimos aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para suportar nosso crescimento. Fechamos o ano de 2013 com uma frota de mais de 25 mil itens, representando um valor de mercado em torno de R\$ 1,2 bilhão. Também investimos em nossos sistemas de gestão como AX-Microsoft e Engeman para que houvessem maiores controles na tomada de decisões e melhorias em nossa governança.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Um dos fatores que comprovam a solidez da nossa Companhia, foi a manutenção do Rating Corporativo emitido pela agência de Riscos Fitch, em A(bra) com perspectiva estável, onde destaca a previsibilidade da receita, decorrente de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de frotas de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados, que possuem contratos entre dois a sete anos. A classificação também enfatiza o resultado da base de negócios diversificada, crescente e rentável, além da moderada alavancagem financeira.

A Ouro Verde segue com seu compromisso de crescimento e desenvolvimento, e continuará a agir proativamente em busca das melhores oportunidades, visando à criação de valor para seus Clientes, Acionistas e toda a sociedade, aumentando a competitividade, sem perder o foco na disciplina financeira.

Por fim, é importante reconhecer que nestes 40 anos não nos faltaram o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e especialmente dos nossos colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores.

A todos queremos sinceramente agradecer e compartilhar o sucesso obtido.

2. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2013 foi marcado pelo cenário de baixo crescimento econômico e da produção industrial, tanto no mercado interno quanto externo. Nas economias maduras, notadamente na Zona do Euro, altas taxas de desemprego por um longo período, aliadas à implementação de ajustes fiscais e às incertezas de ordem política, traduziram-se também em quedas nos investimentos. No entanto, os indicadores mais recentes da economia mundial sugerem uma moderada recuperação do nível de atividade e apontam para um cenário mais otimista em 2014. Em relação à política monetária, persistiu, de modo geral, uma postura expansionista, e a inflação continua em níveis moderados nos EUA, na Zona do Euro e Japão.

No Brasil, o ritmo da atividade econômica ficou muito aquém das expectativas do início de 2013, reflexo: (i) do baixo crescimento da produção industrial, que em 2013 foi de 1,2%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (ii) preocupação com taxas de inflação elevadas, (iii) política monetária de ajuste com vistas a frear a tendência de alta da inflação, (iv) elevação da dívida pública, (v) deterioração na balança comercial e (vi) desaceleração do crédito à pessoa física, dentre outros motivos. Como resultado, a perspectiva de mercado para o crescimento do PIB em 2014 é de 1,68%, de acordo com relatório Focus divulgado pelo Banco Central em 07 de março de 2014.

Em 2013, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 14,6% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,3426/US\$, contra uma desvalorização de 8,9% em 2012, quando era cotada a R\$2,0435/US\$. Esse movimento foi resultado da perspectiva de aumento da taxa de juros americana pelo Federal Reserve (FED – Banco Central Norte-Americano) para reduzir os estímulos à economia, o que resultou em uma antecipação dos mercados a essa possibilidade de elevação da remuneração dos títulos do tesouro americano com a consequente migração da liquidez para os ativos e títulos norte-americanos.

Com relação à política monetária, dadas as pressões inflacionárias vigentes, principalmente a partir do último trimestre de 2012, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou ao longo de 2013 a taxa Selic de 7,25% a.a. para 10,00% a.a., taxa divulgada em 27 de novembro, e que foi novamente elevada em 26 de fevereiro de 2014 para os atuais 10,75% a.a. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, foi reduzida paulatinamente desde junho de 2012 para os atuais 5,00% a.a. praticados desde janeiro de 2013, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994, e será mantida neste nível ao longo do primeiro trimestre de 2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Governo Federal Brasileiro regulamentou novas regras do PSI (Programa de Sustentação do Investimento) para este ano. As condições foram garantidas após publicação da Portaria nº 29, de 23/1, publicada no dia 24/1, no Diário Oficial da União. Com isso, o Programa terá juros de 6% ao ano para a aquisição de caminhões, ônibus, implementos rodoviários, máquinas agrícolas e outros, além da mudança de 90% para 80% do valor total do bem a ser financiado.

3. PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	31/12/2013	31/12/2012	Variação 2013 x 2012
Frota Total (un)	25.193	20.716	21,6%
Frota Veículos Leves (un)	18.616	15.836	17,6%
Frota Veículos Pesados (un)	6.577	4.880	34,8%
Receita Líquida (R\$ Milhões)	635,5	515,9	23,2%
Resultado Bruto (R\$ Milhões)	172,2	151,6	13,6%
Margem Bruta (%)	27,1%	29,4%	-2,3%
EBITDA (R\$ milhões)	325,5	277,9	17,1%
Margem EBITDA (%)	58,2%	63,3%	-5,1%
Lucro Líquido (R\$ milhões)	52,0	24,8	109,7%
Margem Líquida (%)	8,2%	4,8%	3,4%
Endividamento Líquido* (R\$ milhões)	963,5	903,5	6,6%

* Inclui o contas a receber por alienação da Martini Meat no montante de R\$ 145M, em 31/12/2013.

4. DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

Somos uma locadora multimarcas de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. Não celebramos contratos de fornecimento ou acordos de fidelização junto a quaisquer fabricantes ou fornecedores, o que nos permite assegurar nossa flexibilidade em nossas relações comerciais. Atendemos todas as regiões do território nacional, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos. Nossa frota é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade e portanto com vasto mercado secundário para venda do ativo usado ao final do contrato de locação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Abaixo descrevemos nossas principais atividades por segmento:

4.1 Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados

A unidade de negócio de locação de máquinas e equipamentos pesados está dividida em duas diretorias: (i) agronegócio e; (ii) demais segmentos, tais como: infraestrutura, construção civil, industrial, florestal, mineração, portos, entre outros. Esta divisão se fez necessária a partir de 2012 (inclusive), devido à demanda e oportunidade de novos negócios em segmentos nos quais possuímos baixa penetração e que apresentavam potenciais oportunidades de crescimento. Ambas as diretorias, possuem foco na locação de máquinas e equipamentos pesados, através de contratos com vigência de três a sete anos, englobando serviços de gestão e manutenção das mesmas.

Nossos principais equipamentos são: caminhões, tratores, escavadeiras, pás-carregadeiras, empilhadeiras, rebocadores, retroescavadeiras, moto niveladoras, equipamentos para o plantio e colheita do agronegócio, mini carregadeiras, plataformas aéreas, entre outros.

Para nossos principais itens de máquinas e equipamentos pesados, principalmente caminhões, tratores, colhedoras e pás carregadeiras, atuamos proativamente junto aos principais fornecedores por meio de reservas antecipadas. Isso nos permite reduzir o prazo de entrega desses ativos e nossa exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda. Acreditamos que essa agilidade é um importante fator considerado pelo cliente na tomada de decisão de locação.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respectivamente, a nossa frota de máquinas e equipamentos pesados era composta por 6.577 itens e 4.880 itens o que representou um crescimento de 34,8% no período. A idade média da frota neste segmento era de 26,9 meses.

4.2 Terceirização de Veículos Leves

A unidade de negócios de terceirização de veículos leves possui uma diretoria exclusiva, com atuação nacional, veículos multimarcas e contratos que variam entre dois e três anos.

Além da terceirização de frota, oferecemos aos nossos clientes a de gestão de serviços acessórios que inclui entre outros itens, a administração de infrações e de multas de trânsito recebidas, licenciamento anual dos veículos, sinistros, seguros e serviços de assistência 24 horas. Nas situações de veículos avariados, sinistrados ou em paradas para manutenções, disponibilizamos veículos substitutos, similares, a fim de não ocasionar nenhum prejuízo às operações dos nossos clientes. Os itens que compõem a terceirização de veículos leves são: carros populares, utilitários, carros executivos e vans.

Nossos principais fornecedores são as montadoras instaladas no Brasil, principalmente Fiat, Volkswagen, GM, Renault e Ford, junto às quais adquirimos os veículos para renovação e expansão de nossa frota. Não temos contratos firmados com as montadoras, sendo as negociações realizadas a cada compra, possibilitando maior competitividade nos preços.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 respectivamente, a nossa frota de terceirização de veículos leves era composta por 18.616 itens e 15.836 itens, representando um crescimento de 17,6% no período. A idade média da frota neste segmento era de 19,3 meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3 Compra e Venda de Ativos e Gestão de Operações

Possuímos uma diretoria focada na compra e venda dos nossos ativos, que atende a todas unidades de negócios.

Para ambos os segmentos (locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves) e como parte do negócio de locação, na renovação ou encerramento dos contratos, os ativos alocados (veículos e equipamentos) retornam para nossa Companhia, sendo destinados à venda. A receita destas vendas fortalece o caixa da empresa para a composição do capital de giro e para novos investimentos.

Nossa estratégia nos últimos anos tem sido a de diversificar nossos canais de vendas, buscando alternativas que visam o aumento da nossa rentabilidade. Nossos principais canais de venda estão indicados a seguir:

- *Atacado*: nossas vendas no atacado são destinadas aos revendedores e as concessionárias.
- *Venda direta ao usuário*: trata-se da venda direta de nossos veículos leves desmobilizados aos usuários do nosso cliente, da terceirização de veículos leves.
- *Varejo*: venda das máquinas e equipamentos pesados e veículos leves desmobilizados ao varejo.
- *Leilões*: venda dos nossos ativos por meio de um website dedicado e também através da realização de leilões eletrônicos com abrangência nacional, nos quais os veículos são individualmente oferecidos.

A gestão da frota é realizada principalmente por meio de nossa equipe operacional localizada em nossa matriz. Temos uma gestão centralizada, entretanto, nossas operações estão preparadas para atender plenamente nossos clientes em todo o território nacional, seja por meio de bases operacionais próprias, localizadas em São Paulo (SP), Sertãozinho (SP), Campinas (SP), Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Rio de Janeiro (RJ), bem como por meio de uma rede que totaliza mais de 2 mil concessionárias e oficinas credenciadas, localizadas em todo território nacional e próximas às operações de nossos clientes.

A gestão de prestação de serviços incluem a administração de infrações e de multas de trânsito recebidas, licenciamento anual dos veículos, sinistros e serviços de assistência 24 horas a nossos clientes. Nas situações de veículos avariados, sinistrados ou em paradas para manutenções, disponibilizamos veículos substitutos, similares, a fim de não ocasionar nenhum prejuízo às operações dos nossos clientes. Esses veículos são disponibilizados por meio de nossas bases operacionais próprias ou, nos locais em que não temos presença local física, por meio de parceiros. Os serviços de atendimento de eventuais sinistros ocorridos aos veículos são realizados por meio da prestação de serviços de assistência 24 horas, com cobertura em todo o território nacional.

Nossa rede credenciada de oficinas e concessionárias passa por um rigoroso processo de credenciamento que envolve a análise, por nossa equipe, de sua capacidade técnica e situação documental. Como forma de assegurar a qualidade de nossa rede credenciada, possuímos um processo padrão de credenciamento, o qual é atualizado periodicamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5. DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL**

Encerramos o ano de 2013 com uma frota total de 25.193 ativos. Deste montante, 26% representam máquinas e equipamentos pesados e 74% representam veículos leves, um crescimento de 34,8% e 17,6% respectivamente, quando comparado com o exercício encerrado no ano de 2012.

Obtivemos receita decorrente da venda de ativos, no montante de R\$75,8 milhões e R\$77,2 milhões em dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. Em contrapartida, foram investidos R\$ 533,1 milhões e R\$407,2 milhões nos mesmos períodos, provenientes de novos contratos de locação e renovação da frota com nossos clientes.

Durante este ano, do total dos contratos vencidos, 96% foram renovados, demonstrando a excelência de nossos serviços e a confiança depositada por nossos clientes.

Possuímos um portfólio de contratos firmados com nossos clientes, com prazos de duração entre dois e sete anos, que continham receitas futuras contratadas no montante de R\$ 1.651,4 milhões no encerramento do exercício de 2013. Tais contratos fortalecem a geração operacional de caixa, gerando previsibilidade da receita. O prazo médio de tais contratos, representam 4,7 anos.

5.1 Demonstração dos Resultados

	Período encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2012		Varição
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	2013 x 2012
Receita operacional líquida	635.451	100,0%	515.854	100,0%	23,2%
Custos dos serviços prestados e venda da frota	(463.225)	72,9%	(364.238)	70,6%	27,2%
Resultado bruto	172.226	27,1%	151.616	29,4%	13,6%
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(3.186)	0,5%	(2.264)	0,4%	40,7%
Administrativas e gerais	(27.452)	4,3%	(21.136)	4,1%	29,9%
Resultado da equivalência patrimonial	304	0,0%	182	0,0%	n.a.
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	99	0,0%	(1.215)	-0,2%	n.a.
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	141.991	22,3%	127.183	24,7%	11,6%
Receita (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	54.369	8,6%	53.750	10,4%	1,2%
Despesas financeiras	(162.297)	25,5%	(154.621)	30,0%	5,0%
Despesas financeiras, líquidas	(107.928)	17,0%	(100.871)	19,6%	7,0%
Resultado antes dos impostos	34.063	5,4%	26.312	5,1%	29,5%
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(18.838)	3,0%	(9.170)	1,8%	105,4%
Resultado das operações em continuidade	15.225	2,4%	17.142	3,3%	-11,2%
Resultado das operações descontinuadas	36.753	5,8%	7.686	1,5%	378,2%
Resultado do período	51.978	8,2%	24.828	4,8%	109,4%

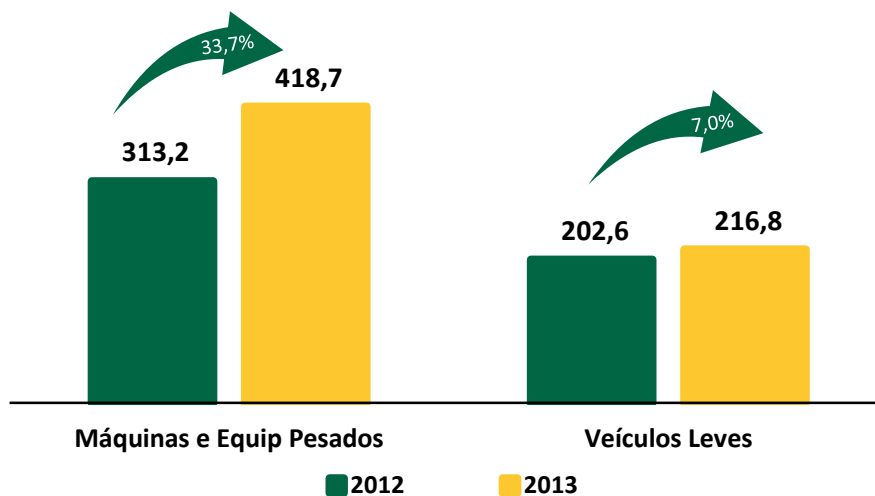
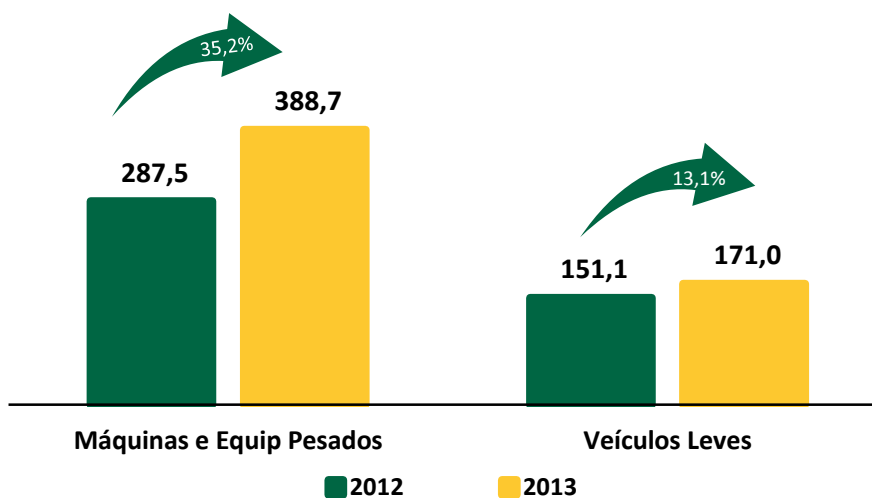
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5.2 Receita Líquida por Segmento**

	Período encerrado em 31 de dezembro de				
	2013		2012		Variação
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	2013 x 2012
Receita Operacional Líquida	635.451	100,0%	515.854	100,0%	23,2%
Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados	418.679	65,9%	313.248	60,7%	33,7%
Terceirização de Veículos Leves	216.772	34,1%	202.606	39,3%	7,0%
Receita Líquida de Serviços	559.626	88,1%	438.670	85,0%	27,6%
Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados	388.661	61,2%	287.535	55,7%	35,2%
Terceirização de Veículos Leves	170.965	26,9%	151.135	29,3%	13,1%
Receita de Venda da Frota	75.825	11,9%	77.184	15,0%	-1,8%
Locação de Máquinas e Equipamentos Pesados	30.018	4,7%	25.713	5,0%	16,7%
Terceirização de Veículos Leves	45.807	7,2%	51.471	10,0%	-11,0%

Encerramos o anos de 2013 com uma receita líquida de serviços de R\$ 559,6 milhões, apresentando um crescimento de 27,6% quando comparado ao mesmo período de 2012. Novos investimentos na nossa frota em virtude da demanda dos atuais e novos clientes colaboraram significativamente com esse desempenho. A queda na receita de venda da frota de 1,8% no encerramento de 2013 se deve pelo menor volume de ativos para vendas, quando comparamos com o mesmo período do ano anterior, face ao menor volume de vencimento de contratos.

A receita proveniente do segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados totalizou R\$418,7 milhões e R\$ 313,2 milhões, respectivamente nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 com crescimento de 33,7% no período. Este incremento é justificado pela adição de novos clientes à base e a penetração em outros mercados que até então não atuávamos ou que detínhamos baixa participação.

A receita do segmento de terceirização de veículos leves totalizou R\$216,8 milhões e R\$202,6 milhões, respectivamente em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentando um crescimento de 7,0% no período. Este aumento na receita decorreu da celebração de novos contratos e da renovação de contratos existentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Receita Total por Segmento****Receita de Serviço por Segmento****5.3 Custos dos Serviços Prestados**

Nossos custos com serviços prestados e vendas da frota desmobilizada encerraram o exercício de 2013 no montante de R\$ 463,2 milhões, representando um aumento de R\$ 99,0 milhões, ou 27,2%, quando comparado com o mesmo período de 2012, as principais variações foram:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- i) criação de nova área de negócio para explorar novos setores no segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados e da expansão da nossa área comercial do segmento de terceirização de veículos leves para comportar o nosso crescimento esperado, além do aumento dos investimentos no desenvolvimento e capacitação dos nossos colaboradores em benefícios, treinamentos, programas de clima organizacional, avaliação de desempenho, etc.;
- ii) aumento nos custos com manutenção e reparos, despesas de depreciação e amortização, nas contas diretamente relacionadas ao aumento da frota, tais como: IPVA, licenciamento, seguro obrigatório, causado pelo aumento de nossa frota e de nossas atividades operacionais.

5.4 Receitas (despesas) Operacionais

	Período encerrado em 30 de dezembro de		
	2013	2012	Variação 2013 x 2012
	R\$ mil	R\$ mil	%
Vendas	3.186	2.264	40,7%
Outros	3.186	2.264	40,7%
Gerais e Administrativas	27.452	21.136	29,9%
Custo com pessoal	18.039	12.087	49,2%
Despesas de depreciação e amortização	1.138	1.293	-12,0%
Serviços de Terceiros	2.730	1.797	51,9%
Outros	5.545	5.959	-6,9%
Total	30.638	23.400	30,9%

Nossas (despesas) receitas operacionais totalizaram R\$ 30,6 milhões no encerramento do exercício de 2013 no montante de R\$ 30,6 milhões, representando um aumento de R\$7,2 milhões, ou 30,9%, quando comparado ao mesmo período de 2012.

As despesas com vendas apresentaram aumento de R\$ 0,9 milhões, devido principalmente a nova equipe comercial. As despesas administrativas e gerais (diversas) apresentaram aumento de R\$6,3 milhões, sendo que a principal variação, foi decorrente do incremento com benefícios a empregados, além da reestruturação das áreas de apoio aos nossos segmentos operacionais, com a finalidade de suportar o crescimento das nossas operações. As outras despesas operacionais líquidas aumentaram, devido ao crescimento de nossas operações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5.5 Ebitda e Margem Ebitda por Segmento**

	Período encerrado em 31 de dezembro de					
	2013			2012		
	Locação de Máq e Equip Pesados	Terceirização de Veículos Leves	Segmento Pesados + Leves	Locação de Máq e Equip Pesados	Terceirização de Veículos Leves	Segmento Pesados + Leves
Ebitda Ajustada dos Segmentos de Pesados e Leves	221.551	103.957	325.508	176.054	101.816	277.870
Receita Operacional Líquida Total	388.661	170.965	559.626	287.535	151.135	438.670
Margem Ebitda Ajustado total dos Segmentos de Pesados e Leves	57,0%	60,8%	58,2%	61,2%	67,4%	63,3%

O EBITDA Ajustado de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves atingiu R\$325,5 milhões e R\$277,9 milhões, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, representando um crescimento de 17,1% entre os períodos mencionados.

A margem EBITDA Ajustada dos segmentos de pesados e leves, considerando somente a receita líquida de serviços, ou seja, desconsiderando a venda dos ativos foi de 58,2% e 63,3% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente. Esta redução foi principalmente decorrente do aumento da estrutura para sustentar o crescimento atual e futuro da companhia, tal como explicado nos itens anteriores.

5.6 Lucro Líquido*Imposto de renda e contribuição social*

O montante devido a título de imposto de renda e contribuição social apresentou aumento de R\$9,7 milhões, passando de R\$9,2 milhões em 2012 para R\$18,8 milhões em 2013. O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social se deu em função da cisão parcial do nosso patrimônio no valor de R\$108,5 milhões, em 30 de abril de 2013, com a versão da parcela cindida pela nossa controladora Novo Oriente, da nossa participação na Ritmo. Dessa forma, tivemos uma perda de R\$6,5 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência da perda proporcional dos prejuízos fiscais acumulados.

Resultado das operações descontinuadas

Os resultados das operações descontinuadas apresentaram aumento de R\$29,1 milhões, ou 378,2%, no período encerrado em 30 de dezembro de 2013, quando corresponderam ao ganho de R\$36,8 milhões decorrente da venda da Martini Meat, comparado ao ganho de R\$6,0 milhões em 31 de dezembro de 2012. Os saldos dessa rubrica decorrem principalmente do contrato de compra e venda celebrado com a controladora Novo Oriente em 30 de abril de 2013, por meio do qual foi alienado a participação de 99,581% na Martini Meat, pelo valor total de R\$144,7 milhões, conforme valor justo apurado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O investimento alienado gerou um resultado de R\$55,3 milhões, que líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 18,8 milhões, resultou em um ganho líquido de R\$ 36,5 milhões. O investimento na Martini Meat não era uma operação descontinuada ou classificada como mantida para venda em 31 de dezembro de 2012, contudo, os saldos dessa operação, em 31 de dezembro de 2012, foram classificados na rubrica de operações descontinuadas para fins de comparabilidade da informação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado do período

Em razão dos fatores acima elencados, nosso lucro líquido totalizou R\$52,0 milhões em 2013, comparado a um lucro líquido de R\$24,8 milhões em 2012, resultados 109,4% superior ao ano anterior.

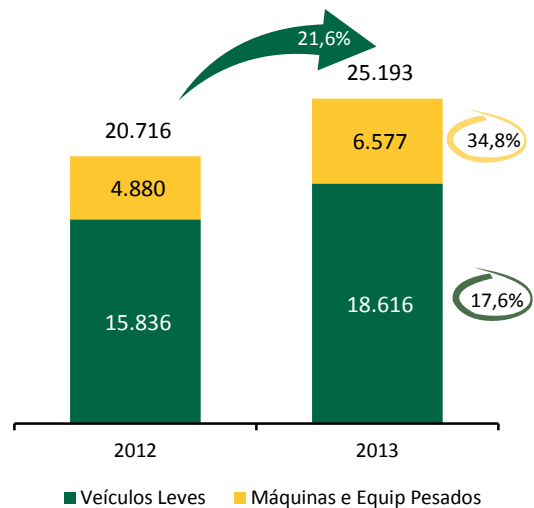
6. FROTA

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nossa frota total aumentou em 4.477 itens, ou 21,6%, quando comparamos com o exercício encerrado em 2012, atingindo um total de 25.193 itens ao final do período, com um valor contábil de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.

O gráfico ao lado demonstra nossa estratégia de investimentos nos dois últimos exercícios nos serviços de locação de máquinas e equipamentos pesados, os quais registram forte crescimento, além de considerarmos um mercado primário em potencial.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram investidos, respectivamente R\$ 533,1 milhões e R\$ 497,2 milhões para viabilizar a compra destes ativos, o que representou um aumento de 30,1% nos períodos analisados.

Em 31 de dezembro de 2013, a idade média da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados era de 27,9 meses e de 19,3 meses para a nossa frota de veículos leves. A idade média da frota total no encerramento do exercício de 2013 era de 21,6 meses.



7. ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos (R\$ '000)	2012	2013	Variação 2013 vs. 2012
Curto Prazo	335.420	401.898	19,8%
Longo Prazo	801.942	969.362	20,9%
Endividamento Bruto	1.137.362	1.371.260	20,6%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	233.848	263.069	12,5%
(-) Contas a receber por alienação - Martini Meat	-	144.725	n.a.
(=) Endividamento Líquido	903.514	963.466	6,6%
Patrimônio Líquido	232.252	163.300	-29,7%

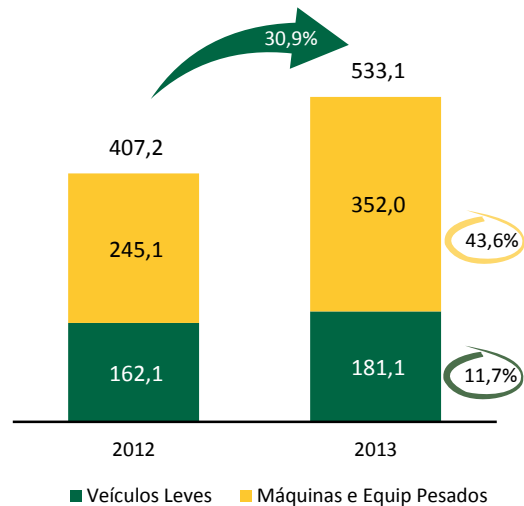
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 31 de dezembro 2013, possuíamos 29,3% de nosso endividamento no curto prazo, sustentando a estratégia da Companhia de manter a maior parte de nosso endividamento no longo prazo. A dívida originária de financiamentos contratados nas modalidades do Finame e *Leasing*, para aquisição de frota, representavam 81,0% do nosso endividamento líquido.

8. INVESTIMENTOS

Como parte da estratégia adotada, destinamos grande parte de nossos investimentos para o segmento de locação de máquinas e equipamentos pesados, devido à boa rentabilidade do referido segmento, já que estes contratos são de prazos mais extensos e, também pelo grande potencial de crescimento do setor, já que este mercado é ainda pouco explorado.

A Companhia investiu ao longo de 2013, R\$ 533,1 milhões, representando um crescimento de 30,9% comparado com o mesmo período de 2012, distribuídos conforme gráfico ao lado.



9. RECURSOS HUMANOS

Com relação aos nossos recursos humanos, ao final do exercício de 2013, contávamos com 1.937 colaboradores, o que representou um aumento de 20,5%, quando comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores de nossa Companhia nas datas indicadas:

Atividade Desempenhada	Em 31 de dezembro de		
	2013	2012	Variação
Administrativo	214	169	26,6%
Locação de máquinas e equipamentos pesados	1.548	1.294	19,6%
Terceirização de veículos leves	175	145	20,7%
Total	1.937	1.608	20,5%

A Companhia acredita que as pessoas são a chave para o alcance do sucesso. Por ser uma empresa de serviços que aposta na qualidade como diferencial, preocupa-se em investir na capacitação dos colaboradores, além de manter um ambiente ético e de constante desenvolvimento profissional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A área de Recursos Humanos trabalha para treinar os quase 2 mil colaboradores para que cumpram suas atividades com qualidade, tendo o encantamento do cliente como um importante objetivo. Também promove parcerias com instituições de ensino renomadas para facilitar o aprimoramento profissional. Além disto, a Companhia oferece benefícios atrativos, incluindo plano de participação nos resultados atrelado aos objetivos estratégicos da empresa.

A satisfação dos nossos colaboradores é medida por meio da Pesquisa de Clima Organizacional interna, que ocorre anualmente e envolve todos os nossos colaboradores. Um conjunto de ações são implementadas como forma de promover melhorias que contribuam para a manutenção de um bom ambiente de trabalho e para corrigir os eventuais pontos a melhorar identificados na pesquisa.

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde nossa fundação, reafirmamos nosso compromisso de buscar o alinhamento dos interesses dos nossos acionistas, nosso comprometimento com a ética, a competitividade e a excelência em todas as nossas ações, de forma a garantir o melhor retorno, agregando valor ao nosso patrimônio e remunerando o nosso capital.

Com essa visão, desenvolvemos um modelo de gestão adotando práticas reconhecidas de Governança Corporativa, a fim de garantir o nosso bom funcionamento. Além do Conselho de Administração, possuímos comitês não-estatutários de apoio ao Conselho de Administração, cuja função básica é a de avaliar assuntos de nosso interesse, visando aprimorar em qualidade e velocidade o processo de deliberação. Podemos ressaltar algumas práticas de Governança Corporativa que adotamos:

- Conselheiro Independente, representado por Fernando Xavier Ferreira;
- Código de Conduta, no qual se definem os valores, princípios e práticas que guiam nossa conduta corporativa, revisado periodicamente a fim de mantê-lo alinhado às exigências legais e melhores práticas;
- Políticas Corporativas, dentre as quais se destaca a de Gestão Financeira, de Responsabilidade Social, de Seguros e Garantias, de Remuneração, de Saúde, Segurança e Meio Ambiente e de Investimentos;
- Comitê de Investimentos e Comitê de Vendas de Ativos, onde são analisados cada novo contrato, contando com a participação dos diretores e profissionais de diversas áreas da Companhia, visando garantir rentabilidade e valor residual adequado no encerramento dos contratos;
- Sistema de informações on-line (QlikView) em permanente atualização e aprimoramento, disponibilizando as informações necessárias aos colaboradores, para o exercício de seus papéis e responsabilidades com segurança, transparência, equidade e rapidez;
- Auditoria externa da KPMG desde 2008 e ITRs (Informações Trimestrais) a partir do exercício de 2012;
- Reafirmação do Rating Corporativo A(BRA), emitido pela Fitch, uma das principais agências de análise de risco no mercado internacional;
- *Roadshow* trimestral com bancos comerciais e de investimentos e potenciais investidores e analistas de mercado;
- Planejamento estratégico pelo INDG (Instituto de Desenvolvimento Gerencial).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11. RESPONSABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL

A cada ano, nosso crescimento extrapola nossas funções como geradora de empregos e pagadora de impostos, dentre outras distribuições mandatórias dos valores adicionados pelas nossas atividades. O nosso comprometimento com o desenvolvimento das comunidades com as quais nos relacionamos é valor vital e conta com nosso apoio na implementação de projetos e estabelecimento de parcerias.

Desta forma, foi criado o Programa +Atitude que tem por objetivo instigar os colaboradores a aderirem e apoiarem as campanhas solidárias promovidas pela área de recursos humanos, além de alavancar iniciativas de voluntariado. Esse selo reforça a ideia de que, quem tem +Atitude, faz a diferença. Também buscamos fortalecer o relacionamento com os diversos públicos com os quais atuamos: colaborador, família, comunidade, parceiros, prestadores de serviços, dentre outros. Muitas das nossas ações foram focadas no incentivo à leitura e desenvolvimento educacional, por acreditarmos que este seja um dos caminhos para a transformação do nosso país, além do incentivo a prática da cidadania e voluntariado.

O cuidado com o meio ambiente e a minimização de nossas ações sobre a natureza é uma questão relevante para nós. A prova disso são os programas que desenvolvemos e participamos, além de certificações recebidas, que demonstram a preocupação em todos os setores de atuação. Desta forma, priorizamos em nossos negócios a preservação ambiental e segurança.

12. PERSPECTIVAS

As perspectivas macroeconômicas para 2014 são de continuidade das principais tendências observadas nos últimos anos, com recuperação gradual do crescimento econômico brasileiro e mundial. Acreditamos que estas condições nos permitirão continuar implantando as ações previstas em nosso planejamento estratégico e manter o crescimento de nossas atividades. A conquista de novos mercados, a ampliação da carteira de clientes e o desenvolvimento de novos serviços oferecidos continuarão sendo explorados.

Continuaremos a observar investimentos em infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento, nas concessões de estradas, portos e aeroportos e nos preparativos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Esperamos também maior atenção aos investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia, garantindo as condições para a continuidade do crescimento econômico.

No mercado em que atuamos, continuaremos a buscar oportunidades de expansão, mesmo com ambiente macroeconômico menos favorável. Nossa proximidade com os clientes, o amplo portfólio de serviços tecnologicamente avançados e nossa capacidade de fornecimento de soluções customizadas continuarão nos diferenciando neste mercado. Esta flexibilidade e agilidade no atendimento dos nossos atuais e futuros clientes são, desde sempre, a marca registrada da nossa atuação.

Contaremos com os efeitos dos investimentos já realizados em 2013, bem como os investimentos projetados para 2014, que têm foco considerável no aumento de eficiência, sem deixar de prever estudos estratégicos que, no médio prazo, deverão permitir à Companhia atingir novos patamares de estabilidade e previsibilidade do resultado operacional. Nosso modelo de gestão alia estrutura adequada do balanço patrimonial e margem EBITDA gerando fluxo de caixa após os investimentos em manutenção, o que se traduz em capacidade de reinvestimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os investimentos realizados nos últimos períodos em nossa área comercial já começou a mostrar resultados e em 2014 isto será melhor evidenciado através dos novos contratos que foram e estão em negociações, melhorando consequentemente, nossas margens ao longo deste ano.

Na visão da Ouro Verde, a geração de valor para seus acionistas, administradores, colaboradores e comunidades onde atua, baseia-se no crescimento sustentável e manutenção de níveis adequados de rentabilidade, a partir de diferenciais competitivos, consolidação nos segmentos em que atua e na prospecção de novos, ampliando sua base de clientes, assim como expandindo seletivamente sua presença no mercado interno, com serviços diversificados, de alta qualidade, com menores custos, sustentada por ações que mantenham níveis elevados de responsabilidade socioambiental.

Entendemos que esses são apenas os primeiros passos de uma longa caminhada, mas encerramos 2013 e iniciamos 2014 animados com os resultados obtidos até aqui, que demonstram o acerto de nossa estratégia. Esperamos que o mercado continue acompanhando os esforços da Companhia e depositando a confiança que necessitamos para alcançar resultados ainda mais significativos nos períodos futuros.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM no 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, a Companhia adota a prática de não contratar serviços de consultoria dos auditores externos para evitar conflitos de interesse que possam eventualmente afetar a independência dos auditores. Os montantes de remuneração dos auditores independentes, durante o exercício de 2013, segregados por serviço foram: (i) auditoria das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2013, auditoria revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais de 31 de março e 30 de setembro de 2013, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil: R\$ 218 mil referente ao contrato original, mais R\$ 50 mil referente a honorários adicionais de auditoria. Para fins comparativos esses serviços somaram R\$ 169 mil no exercício de 2012; (ii) Serviços prestados pela KPMG Assessores Tributários para revisão das Declarações do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica: R\$ 15 mil; (iii) Emissão de Laudo referente Avaliação do Acervo Líquido Formado por Determinados Ativos e Passivos Apurados por Meio dos Livros Contábeis decorrente do processo de cisão parcial do patrimônio líquido correspondentes à participação de 35% na Ritmo Logística S.A.: R\$ 17 mil; e (iv) Serviços prestados referente a emissão de carta de conforto: R\$ 600 mil.

Os serviços não relacionados à auditoria foram realizados em prazo inferior a um ano por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, procedimento adotado pela Companhia para garantir a objetividade e independência dos auditores independentes.

Nosso Conselho de Administração é o responsável pela avaliação da manutenção da independência dos nossos Auditores Independentes, tendo plenos poderes para destituir e eleger nossos auditores independentes a qualquer momento, nos termos do nosso Estatuto Social.

A prestação dos serviços acima descritos não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados pela KPMG à nossa Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**14. AGRADECIMENTOS**

Nossa missão de OFERECER AS MELHORES SOLUÇÕES EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS, ATRAVÉS DE PARCERIAS DE LONGO PRAZO, VISANDO CRIAR VALOR PARA OS CLIENTES, ACIONISTAS E COLABORADORES é o que nos norteia em nossas decisões e execução das nossas tarefas diárias. Buscamos todos os dias entregar serviços que nos diferenciem no mercado para que nossos clientes sintam-se satisfeitos.

A todos aqueles com quem nos relacionamos em 2013, agradecemos o apoio recebido e esperamos contar mais uma vez com vocês, reafirmando que estamos COMPROMETIDOS COM O FUTURO para garantir a perenidade de nossa empresa, o retorno aos nossos acionistas, retribuição à sociedade e um serviço de alta qualidade a nossos clientes.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (“Companhia” ou “Ouro Verde”) é uma sociedade anônima, sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de veículos leves. A Companhia além de atender todas as regiões do território nacional brasileiro, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos, é uma empresa multimarcas, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. A frota da Companhia é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade.

A Ouro Verde vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo fixo com o objetivo de atender às crescentes demandas dos seus atuais e novos clientes. Durante o exercício de 2013, foram investidos R\$ 533,1 milhões no aumento da frota, 30,9% superior ao exercício de 2012, totalizando 25.193 itens, dos quais 6.577 itens representavam máquinas e equipamentos pesados e 18.616 itens representam veículos leves, um crescimento de 34,8% e 17,6% respectivamente, quando comparado ao exercício anterior. O valor contábil da frota no encerramento de dezembro de 2013 atingiu R\$ 1.198 milhões.

Para o financiamento destes investimentos, a Companhia utiliza recursos de curto e longo prazo captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME/PSI, via BNDES, que são linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 17) e debêntures (nota explicativa 18).

Em abril de 2013, houve uma reestruturação societária (vide nota explicativa 11), mediante (i) cisão parcial do patrimônio da Companhia, representada pela participação da Companhia no patrimônio líquido da Ritmo Logística S.A. (“Ritmo”), com versão da parcela cindida para a sua acionista controladora Novo Oriente Participações Ltda. (“Novo Oriente”); e (ii) celebração de contrato de compra e venda de ações da controlada Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais (“Martini Meat”) entre a Companhia e seu acionista controlador Novo Oriente (vide nota explicativa 5). Com isso, ocorreu a segregação das operações das atividades de logística, que são conduzidas pela associada Ritmo, e as atividades de armazenamento, que são conduzidas pela Martini Meat.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2013, foram deliberados: (i) alteração da denominação social da Companhia de “OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.” para “OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.”; (ii) aprovação do aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$15.560, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva de lucros. Desta forma, o capital social subscrito da Companhia passou de R\$ 87.163, dividido em 87.163 ações ordinárias, sem valor nominal para R\$ 102.723, dividido em 87.163 ações ordinárias, sem valor nominal; (iii) aprovação da abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480, e (iv) aprovação do plano de outorga pela Companhia de opções de compra de ações ordinárias de sua emissão ao seu presidente, diretores, gerentes e outros empregados (a serem definidos por critério exclusivo do Conselho de Administração).

Em 11 de julho de 2013 a Fitch Ratings, uma das principais agências de análise de risco no mercado financeiro internacional, publicou a elevação do rating da Ouro Verde de A-(bra) para A(bra) com perspectiva estável, sob o reflexo da previsibilidade da receita, decorrente de contratos de longo prazo para prestação de serviços de locação de frotas de veículos leves e de máquinas e equipamentos pesados. A classificação também destaca o resultado da base de negócios diversificada, crescente e rentável, além da moderada alavancagem financeira.

Notas Explicativas

Em outubro de 2013, a Companhia criou uma empresa de sociedade de responsabilidade limitada denominada “Ouro Verde Revenda Ltda.” (“Ouro Verde Revenda”), com capital social a integralizar de R\$ 10, com 99% de participação da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. e 1% pertencente ao Sr. Celso Antonio Frare. A Ouro Verde Revenda tem por finalidade atuar na aquisição de veículos leves e máquinas/equipamentos pesados seminovos para comercialização. Em 31 de dezembro de 2013 a Ouro Verde Revenda não era operacional, como também não possuía saldos ativos e passivos.

Em 14 de novembro de 2013, a CVM aprovou o registro de emissor da Companhia na categoria “A”. Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia protocolou, perante a CVM, pedido de registro de distribuição pública das Debêntures, o qual se encontra sob análise.

Em 23 de janeiro de 2014, a Fitch Ratings publicou a confirmação do rating corporativo da Companhia como “A(bra)”, com perspectiva estável. Na mesma data, atribui Rating “A(bra)” à Proposta de 3ª Emissão de Debêntures da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia vendeu a totalidade de sua participação e controle da subsidiária Martini Meat (nota 5) em abril de 2013. Em outubro de 2013, a Ouro Verde Locação e Serviço S.A. criou a Ouro Verde Revenda Ltda., com participação de 99% no seu capital social, cuja finalidade será atuar na aquisição de veículos e máquinas/equipamentos pesados seminovos para comercialização. Em 31 de dezembro de 2013 a Ouro Verde Revenda não era operacional, como também não possuía saldos ativos e passivos. Em função da inexistência de controlada operacional no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas para este exercício findo e para as demonstrações financeiras do exercício comparativo.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2014.

Notas Explicativas

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Base de preparação

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPCs / IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 17 - arrendamento mercantil

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 - *impairment*;
- Nota 8 – Contas a receber de clientes (PCLD);
- Nota 12 – Imobilizado;
- Nota 15 - utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 16 - provisão para contingências;
- Nota 24 - instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

3.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não esteja próximo de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

c. *Reconhecimento de receita*

(i) *Receita de serviços prestados*

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

Notas Explicativas

(ii) *Venda da frota*

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

d. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nas linhas de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda da frota, respectivamente.

(ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas Explicativas

(iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação da frota de veículos estão divulgadas na nota explicativa 12.

e. Ativos intangíveis

(i) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização, para os ativos intangíveis com vida útil definida, é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) *Ativos financeiros incluindo recebíveis*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Notas Explicativas

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Companhia classifica seus segmentos operacionais (Locação de máquinas e equipamentos pesados e Terceirização de veículos leves) como suas unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Arrendamentos

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante

Notas Explicativas

de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

l. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

m. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

n. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

A Administração considera que as operações da Companhia compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. A renovação da frota é inerente ao processo de locação de máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, de forma que não é separável e, por tal razão, não constitui um segmento distinto.

Notas Explicativas

o. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exige a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

(ii) Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

Notas Explicativas

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5 Resultado das operações descontinuadas

Em 30 de abril de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a sua controladora Novo Oriente Participações Ltda., através do qual a Companhia vendeu a participação de 99,581% na Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo determinado pela Administração da Companhia apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses para início de incidência de juros, e de até 24 meses para início de pagamento das parcelas. O investimento vendido gerou um resultado de R\$ 55,3 milhões, que líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 18,8 milhões, resultou em um ganho líquido de R\$ 36,5 milhões.

O investimento na Martini Meat S.A. não era uma operação descontinuada ou classificada como mantida para venda em 31 de dezembro de 2012. Esta transação não envolveu entradas ou saídas de caixa e, portanto, não está sendo apresentada em atividades de investimento na demonstração de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2013.

A demonstração comparativa de resultado está sendo apresentada para exibir a operação descontinuada separadamente de operações continuadas, como segue:

Resultado das operações descontinuadas	2013	2012
Resultado da equivalência patrimonial	231	7.686
Outras receitas operacionais, líquidas	55.323	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(643)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(18.158)	-
	<u>36.753</u>	<u>7.686</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u>36.753</u>	<u>7.686</u>

No quadro a seguir estão demonstrados os impactos no fluxo de caixa, como ajuste do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Fluxo de caixa das operações descontinuadas	2013	2012
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	<u>36.753</u>	<u>7.686</u>

Notas Explicativas**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	2013	2012
Caixa e bancos	3.070	1.854
Aplicações financeiras	<u>184.074</u>	<u>152.564</u>
	<u><u>187.144</u></u>	<u><u>154.418</u></u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 100% e 114% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

7 Aplicações financeiras vinculadas

	2013	2012
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados	75.925	79.430
(-) Parcelas classificadas no ativo circulante	<u>(8.361)</u>	<u>(7.487)</u>
Ativo não circulante	<u><u>67.564</u></u>	<u><u>71.943</u></u>

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam de 100% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos junto as instituições financeiras custodiantes.

Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

8 Contas a receber de clientes

	2013	2012
Clientes nacionais	32.112	57.795
Serviços a faturar	19.979	11.076
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.191)</u>	<u>(2.948)</u>
	<u><u>48.900</u></u>	<u><u>65.923</u></u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2013	2012
A vencer	37.919	54.513
Vencidos até 30 dias	4.014	5.007
Vencidos de 31 a 60 dias	442	2.549
Vencidos de 61 a 90 dias	435	172
Vencidos acima de 91 dias	9.281	6.630
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.191)</u>	<u>(2.948)</u>
	<u><u>48.900</u></u>	<u><u>65.923</u></u>

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	2013	2012
Saldo inicial	2.948	1.107
Adição à provisão	804	2.047
Utilização	(561)	(206)
Saldo final	<u>3.191</u>	<u>2.948</u>

9 Contas a receber por alienação de controlada

Refere-se ao valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, em 30 de abril de 2013, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo determinado pela Administração da Companhia apurado com base em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses para início de incidência de juros, e de até 24 meses para início de pagamento das parcelas.

10 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	2013	2012
Ativo não circulante		
<i>Contas a receber por alienação de controlada</i>		
Novo Oriente Participações Ltda. (controladora) (a)	144.725	-
<i>Mútuos com partes relacionadas</i>		
Ritmo Logística S.A. (parte relacionada)	-	597
Passivo circulante		
<i>Mútuos com partes relacionadas</i>		
Serenata Adm.de Bens Ltda. (parte relacionada) (b)	118	85

(a) Vide nota explicativa 9.

(b) Saldo a pagar devido ao arrendamento de imóveis. O total de despesas incorridas com este arrendamento em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.252 (R\$ 900 em 2012).

Os contratos de mútuos destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

Ainda, no primeiro semestre de 2012, a Companhia vendeu um helicóptero para Novo Oriente Participações Ltda. (controladora), pelo montante de R\$ 10.150. A transação gerou um ganho de R\$ 460 naquele exercício.

Notas Explicativas**b. Remuneração do pessoal chave da Administração**

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.915 (R\$ 2.685 em 2012). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo. A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda., com 62,78% de participação do seu capital social e o acionista Celso Antônio Frare, com 37,22% de participação do seu capital social.

11 Investimentos**a. Composição dos saldos**

	2013	2012
Participação em companhia controlada (a.1)	-	89.168
Participação em companhia coligada (a.2)	-	150.438
Outros investimentos	8	8
	<u>8</u>	<u>239.614</u>

a.1 Participação em companhia controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais**a.1.1 Movimentação dos saldos no exercício**

Participação inicial no patrimônio líquido	70.681
Ágio	<u>10.761</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2012	81.442
Aumento de capital	2.774
Ganho na diluição da participação acionária	12
Juros sobre capital próprio	(2.746)
Resultado na equivalência patrimonial	<u>7.686</u>
	<u>89.168</u>
Participação atual no patrimônio líquido	78.407
Ágio	<u>10.761</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	89.168
Resultado na equivalência patrimonial de 1º/1/13 a 30/4/13	231
Baixa por alienação do investimento em 30/4/13 (a.1.2)	<u>(89.399)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-

Notas Explicativas**a.1.2 Informações da controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais**

Conforme descrito nas notas explicativas 1, 5 e 9, a Companhia vendeu, durante o exercício findo em dezembro de 2013, a totalidade de sua participação nesta controlada, portanto não existindo investimento em 31 de dezembro de 2013. Para 31 de dezembro de 2012, as principais informações financeiras da investida são:

	2012
Ativo	200.306
Passivo	121.566
Receita	71.491
Lucro líquido do exercício	7.719
Capital social	46.404
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	46.209
Patrimônio líquido	78.740
Participação no capital social, no final do exercício	99,58%
Participação no patrimônio líquido	78.407
Resultado de equivalência patrimonial	7.686

a.2 Participação em companhia coligada - Ritmo Logística S.A.**a.2.1 Movimentação dos saldos no exercício**

Participação inicial no patrimônio líquido	30.451
Saldo inicial de mais valia dos ativos aportados pela controladora	5.265
Saldo inicial de venda do segmento/ágio	114.540
Saldo em 1º de janeiro de 2012	150.256
Resultado na equivalência patrimonial	182
Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.438
Participação inicial no patrimônio líquido	31.743
Saldo de mais valia dos ativos aportados pela controladora	4.155
Ganho na venda do segmento/ágio	114.540
Saldo em 31 de dezembro de 2012	150.438
Dividendos recebidos	(305)
Resultado na equivalência patrimonial de 1º/1/13 a 30/4/13	304
Cisão do investimento em 30/4/13 (a.2.2)	(150.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-

O saldo da mais valia corresponde à apuração da participação da Ouro Verde sobre a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo da coligada, advindo da avaliação a valor justo da frota incorporada pela Ritmo. Esse montante foi realizado ajustando a equivalência patrimonial, tendo como base a realização do valor justo, por depreciação, dos ativos que originaram a mais valia.

O ganho na venda do segmento/ágio corresponde à diferença entre o valor total das contribuições feitas pela Ouro Verde (principalmente através de ativos de frota) e a participação da Ouro Verde sobre o patrimônio líquido a valor justo da Ritmo Logística S.A., o qual não está sujeito a amortização e tem a sua recuperabilidade testada anualmente.

Notas Explicativas

a.2.2 Informações da coligada - Ritmo Logística S.A.

Em 30 de abril de 2013, na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, correspondentes à participação de 35% na Ritmo Logística S.A., a serem recebidos pela Controladora Novo Oriente Participações Ltda. A cisão, com base em laudo de avaliação contábil, totalizou o montante de R\$ 108,5 milhões (valor contábil), o que causou uma redução no patrimônio líquido da Companhia, com a utilização parcial da reserva de lucros. O acervo líquido cindido é composto por R\$ 150,4 milhões do saldo de investimento, deduzido de R\$ 41,9 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos, resultando no valor cindido de R\$ 108,5 milhões, portanto não mais existindo este investimento em 31 de dezembro de 2013. Esta transação não envolveu entradas ou saídas de caixa, e, portanto não está sendo apresentada em atividades de investimento na demonstração de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2013.

Para 31 de dezembro de 2012, as principais informações financeiras da coligada são:

	2012
Ativo	120.552
Passivo	30.704
Receita	252.644
Lucro líquido do exercício	3.688
Capital social	87.198
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	19.424
Patrimônio líquido	90.694
Participação no capital social, no final do exercício	35,00%
Participação no patrimônio líquido	31.743
Resultado de equivalência patrimonial	182

12 Imobilizado

Custo ou avaliação:	Edificações	tratores e colhedoras (*)	Aeronaves	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total
Em 1º de janeiro de 2012	1.660	900.005	12.514	31.850	1.989	6.995	955.013
Adições (***)	141	394.298	-	12.886	370	5.247	412.942
Baixas	-	(137.127)	(12.514)	(3.960)	(1.516)	(708)	(155.825)
Transferências	(1)	(629)	-	109	(4)	525	-
Em 31 de dezembro de 2012	1.800	1.156.547	-	40.885	839	12.059	1.212.130
Adições (***)	272	527.151	-	5.916	359	5.608	539.306
Baixas	-	(139.530)	-	(7.171)	-	(246)	(146.947)
Transferências	1.570	(158)	-	158	-	(1.570)	-
Transferência para intangível (**)	-	-	-	-	-	(9.869)	(9.869)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>3.642</u>	<u>1.544.010</u>	<u>-</u>	<u>39.788</u>	<u>1.198</u>	<u>5.982</u>	<u>1.594.620</u>
Depreciação:							
Em 1º de janeiro de 2012	(104)	(173.912)	(2.439)	(19.053)	(1.425)	(1.081)	(198.014)
Despesas de depreciação no exercício	(78)	(141.485)	(622)	(3.067)	(86)	(443)	(145.781)
Baixas	-	69.158	3.061	2.187	1.363	616	76.385
Transferências	-	(12.282)	-	12.282	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	(182)	(258.521)	-	(7.651)	(148)	(908)	(267.410)
Despesas de depreciação no exercício	(140)	(169.377)	-	(3.743)	(102)	(731)	(174.093)
Baixas	-	50.351	-	3.178	-	47	53.576
Transferências	-	1.658	-	(1.658)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	<u>(322)</u>	<u>(375.889)</u>	<u>-</u>	<u>(9.874)</u>	<u>(250)</u>	<u>(1.592)</u>	<u>(387.927)</u>
Valor residual líquido:							
Em 1º de janeiro de 2012	1.556	726.093	10.075	12.797	564	5.914	756.999
Em 31 de dezembro de 2012	1.618	898.026	-	33.234	691	11.151	944.720
Em 31 de dezembro de 2013	<u>3.320</u>	<u>1.168.121</u>	<u>12.514</u>	<u>29.914</u>	<u>948</u>	<u>4.390</u>	<u>1.206.693</u>
Taxas da depreciação % a.a.:	4	5,6 a 16,7	10	8,3 a 16,7	10	5 a 25	

(*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

(**) Transferência de investimentos efetuados em implantação de software para o intangível

(***) Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no exercício de 2013, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro, com reconhecimento direto do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R\$ 437.211 (R\$ 387.675 em 2012). Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento.

Notas Explicativas**13 Intangível**

		2013			2012
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares					
Sistemas de processamento de dados	20	13.996	(1.338)	12.658	1.293

14 Financiamentos e empréstimos

Natureza	Encargos em 2013	2013	2012
FINAME	Linha PSI e TJLP que variam de 0,21% a 1,02% a.m.	530.782	424.150
CDC	Juros de 0,92% a 1,27% a.m.	15.639	19.547
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,80% a 4,00% a.a.	105.845	95.680
Capital de giro	CDI + juros 2,00% a 3,41% a.a. e pré fixado 12,60% a.a	<u>364.773</u>	<u>246.563</u>
		1.017.039	785.940
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(227.664)</u>	<u>(190.009)</u>
Passivo não circulante		<u>789.375</u>	<u>595.931</u>

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 912.703 (R\$ 715.259 em 2012) e aval do acionista majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do acionista majoritário no valor de R\$ 364.773 (R\$ 246.563 em 2012).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto certas instituições financeiras, a Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e semestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- *rating* igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito;
 - Dívida líquida / EBITDA ajustado*;
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
 - Dividendos acrescidos de juros sobre o capital pago dividido pelo lucro líquido do exercício.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

Notas Explicativas**15 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	2013	2012
Ativo não circulante		
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	6.139	4.492
Prejuízos fiscais a compensar	16.436	20.398
Regime tributação - variação cambial	3.531	2.648
Outros	-	643
	<u>26.106</u>	<u>28.181</u>
Passivo não circulante		
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	17.930	10.246
Regime tributação – hedge	4.858	5.004
Ajuste de investimento - CPC 18	-	41.850
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	76.708	58.039
	<u>99.496</u>	<u>115.139</u>
	<u>73.390</u>	<u>86.958</u>

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2013	2012
Resultado do exercício antes de impostos	34.063	26.312
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(11.581)	(8.946)
Adições e exclusões permanentes e outros:		
Juros sobre o capital próprio	-	(933)
Resultado de equivalência patrimonial	103	61
Despesas indedutíveis	(1.052)	(971)
Perda prejuízo fiscal por cisão (a)	(6.475)	-
Outras exclusões (adições)	167	1.619
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente e diferido	<u>(18.838)</u>	<u>(9.170)</u>
Alíquota efetiva	<u>55%</u>	<u>35%</u>

Notas Explicativas

- (a) Perda de prejuízo fiscal proporcional à redução do patrimônio líquido ocorrida em função da cisão do investimento na Ritmo Logística para a controladora Novo Oriente (vide nota explicativa 11).

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>2013</u>		<u>2012</u>	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis/ambientais	2.628	-	2.628	2.559
Tributárias	5.081	(9.098)	(4.017)	80
Trabalhistas	<u>3.988</u>	<u>(1.510)</u>	<u>2.478</u>	<u>560</u>
	<u>11.697</u>	<u>(10.608)</u>	<u>1.089</u>	<u>3.199</u>
	<u>2012</u>		<u>2013</u>	
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Saldo final
Cíveis/ambientais	2.559	1.262	(1.193)	2.628
Tributárias	4.918	163	-	5.081
Trabalhistas	<u>2.038</u>	<u>3.106</u>	<u>(1.156)</u>	<u>3.988</u>
	<u>9.515</u>	<u>4.531</u>	<u>(2.349)</u>	<u>11.697</u>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 33.445 (R\$ 28.933 em 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

A Companhia figura no pólo ativo em um processo no qual pleiteia a não incidência do PIS e da COFINS sobre a parcela de ICMS componente da receita operacional bruta. Sendo assim, a Companhia vem efetuando esses pagamentos na forma de depósito judicial, os quais somam R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.838 em 2012).

Do saldo de depósitos judiciais tributários, o montante de R\$ 4.098 surgiu em decorrência de contingência ativa, na qual a Ouro Verde contesta o recolhimento de IPVA cobrado no estado de São Paulo, em função do prévio recolhimento no estado do Paraná. A Companhia não constituiu provisão por ter o entendimento de que tais autuações são contrárias à Constituição Federal e ao Código de Trânsito Brasileiro.

Notas Explicativas**17 Arrendamento mercantil****a. Arrendatário**

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, R\$ 324.646 (R\$ 288.933 em 2012) contabilizados como ativo imobilizado (custo de aquisição) (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem, substancialmente, prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data, sendo exercida pelo valor residual garantido.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 29.186 (R\$ 26.893 em 2012) relativos a despesas financeiras e R\$ 85.135 (R\$ 76.548 em 2012) relativo à despesa de depreciação.

Em 31 de dezembro de 2013, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	144.929	14.260	159.189
Entre um a dois anos	84.572	7.736	92.308
Entre dois a cinco anos	19.665	1.981	21.646
	<u>249.166</u>	<u>23.977</u>	<u>273.143</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam entre 0,82% a 1,37% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

Os contratos de arrendamento no qual a Companhia é arrendatária não contém nenhuma cláusula de pagamentos contingentes os quais teriam impacto na despesa de arrendamento reconhecida no resultado.

A Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*); e
- Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.

(*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

A Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

A Companhia também loca o terreno da sede em Curitiba através de um arrendamento mercantil operacional firmado com parte relacionada (Serenata Administradora de Bens Ltda. – vide nota 10). A duração do contrato é de 5 anos, com a opção de renovação de prazo após esse período. O valor dos pagamentos é reajustado anualmente com base no IGP-M. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a despesa total reconhecida no resultado relativa a essa operação foi de R\$ 1.252 (R\$ 900 em 2012).

Notas Explicativas

b. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia entre de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 31 de dezembro de 2013:

	Menos de 1 ano	Entre e 2 anos	Entre e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	369.209	289.409	417.069	1.075.687

18 Debêntures

Natureza	Encargos	2013	2012
2ª Emissão	CDI + 3% a.a.	119.344	162.237
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(43.594)</u>	<u>(43.647)</u>
Passivo não circulante		<u>75.750</u>	<u>118.590</u>

Em 3 de maio de 2011, a 6ª Assembléia Geral Extraordinária aprovou a 2ª emissão de debêntures pela Companhia nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., incluindo o limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, com as seguintes características:

- Foram emitidas 165.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$ 165.000, sendo R\$ 150.000 da 1ª série e R\$ 15.000 da 2ª série;
- A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 10 de maio de 2011 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o consequente recebimento do montante de R\$ 165.000;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (iii) Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;

Notas Explicativas

- As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 5 anos - ou 60 meses, com 18 meses de carência e 42 parcelas mensais para o valor unitário principal, 60 parcelas mensais para os juros remuneratórios. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 59 meses, com amortização em um único pagamento a ser realizado na data de vencimento, e 59 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
- Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3% ao ano;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

A Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / ativo imobilizado; e
 - Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 102.723 (R\$ 87.163 em 31 de dezembro de 2012) está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações sem valor nominal.

O aumento do capital social no exercício deve-se à capitalização de reservas de lucros no dia 28 de junho de 2013, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária realizada nessa data, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 15.560. A participação dos acionistas no capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é assim demonstrada:

Acionistas	Ações	%
Celso Antônio Frare	32.445.950	37,22
Novo Oriente Participações Ltda.	54.717.500	62,78
	<u>87.163.450</u>	<u>100,00</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

Notas Explicativas**b. Reservas de lucros*****Reserva legal***

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	51.978	24.828
(-) Reserva legal (5%)	2.599	1.241
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.345	5.897
Dividendo mínimo por ação	0,1416	0,0677

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2013 foi destinado à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de veículos, tratores e colhedoras registrados na data de transição para os CPCs e IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

20 Lucro líquido por ação

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	2013	2012
Resultado do exercício	51.978	24.828
<i>Lucro líquido por ação básico:</i>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,5963	0,2848
<i>Lucro líquido por ação diluído:</i>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,5963	0,2848
	2013	2012
Resultado das operações em continuidade	15.225	17.142
<i>Lucro líquido por ação básico:</i>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,1747	0,1967
<i>Lucro líquido por ação diluído:</i>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,1747	0,1967

Notas Explicativas**21 Receita operacional líquida**

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios:

	2013	2012
Prestação de serviços	664.483	504.613
Ativos alienados para renovação da frota	75.825	77.184
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(69.382)	(53.553)
Devoluções e abatimentos	<u>(35.475)</u>	<u>(12.390)</u>
	<u>635.451</u>	<u>515.854</u>

A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:

	2013	2012
Prestação de serviços	559.626	438.670
Ativos alienados para renovação da frota	<u>75.825</u>	<u>77.184</u>
	<u>635.451</u>	<u>515.854</u>

22 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	2013	2012
Custos		
Custo de venda da frota	78.479	73.705
Despesas com benefícios a empregados	95.720	64.853
Despesas de depreciação e amortização	173.619	144.706
Manutenção e reparos	86.824	63.244
Serviços de terceiros	7.392	6.225
Outros	<u>21.191</u>	<u>11.505</u>
	<u>463.225</u>	<u>364.238</u>
Vendas		
Outros	<u>3.186</u>	<u>2.264</u>
	<u>3.186</u>	<u>2.264</u>
Gerais e administrativas		
Despesas com benefícios a empregados	18.039	12.087
Despesas de depreciação e amortização	1.138	1.293
Manutenção e reparos	161	54
Serviços de terceiros	2.730	1.797
Outros	<u>5.384</u>	<u>5.905</u>
	<u>27.452</u>	<u>21.136</u>

Notas Explicativas**23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas**

	2013	2012
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(73.301)	(66.008)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(29.186)	(26.893)
Juros sobre debêntures	(14.888)	(20.373)
Despesas com hedge	(15.091)	(16.963)
Despesas com variação cambial	(23.770)	(21.625)
Outros	(6.061)	(2.759)
	<u>(162.297)</u>	<u>(154.621)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	19.452	20.649
Receita com hedge	24.208	20.318
Receitas com variação cambial	10.280	12.729
Outros	429	54
	<u>54.369</u>	<u>53.750</u>
	<u>(107.928)</u>	<u>(100.871)</u>

24 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Ativo	Nota	2013				2012		
		Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	187.144	187.144	187.144	154.418	154.418
Contas a receber de clientes	8	-	-	48.900	48.900	48.900	65.923	65.923
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	75.925	-	75.925	75.925	79.430	79.430
Instrumentos financeiros derivativos		14.755	-	-	14.755	14.755	14.756	14.756
		<u>14.755</u>	<u>75.925</u>	<u>236.044</u>	<u>326.724</u>	<u>326.724</u>	<u>314.527</u>	<u>314.527</u>
Passivo	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores		52.207	-	-	52.207	52.207	15.920	15.920
Financiamentos e empréstimos	14	1.017.039	-	-	1.017.039	1.017.039	785.940	785.940
Arrendamento mercantil	17	249.166	-	-	249.166	249.166	203.903	203.903
Debêntures	18	119.344	-	-	119.344	119.344	162.237	162.270
Instrumentos financeiros derivativos		-	466	-	466	466	38	38
		<u>1.437.756</u>	<u>466</u>	<u>-</u>	<u>1.438.222</u>	<u>1.438.222</u>	<u>1.168.038</u>	<u>1.168.071</u>

Notas Explicativas

- Valor justo dos instrumentos financeiros
- Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.
- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Aplicações financeiras vinculadas - São definidos como ativos designados como mantidos até o vencimento.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.
- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que indicam os instrumentos financeiros derivativos, são inteiramente classificados no nível II da hierarquia de valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de USD 42.631 (R\$ 99.867).

	<u>2013</u>	
	Ativo	Passivo
Circulante		
Derivativos cambiais - fluxo de caixa - empréstimos	14.755	466
	<u>14.755</u>	<u>466</u>

Notas Explicativas

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia para contratação destas operações.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 3.191, representando 6% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 2.948, equivalentes a 4%.

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira são afetadas pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada à moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Notas Explicativas

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 9,77%.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	184.074	17.984	13.488	8.992
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	75.925	7.418	5.563	3.709
			<u>259.999</u>	<u>25.402</u>	<u>19.051</u>	<u>12.701</u>
Impacto no resultado					(6.351)	(12.701)
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Baixa do CDI	105.845	(10.341)	(7.756)	(5.171)
Capital de giro	CDI	Baixa do CDI	364.773	(35.638)	(26.729)	(17.819)
Debêntures	CDI	Baixa do CDI	119.344	(11.660)	(8.745)	(5.830)
			<u>589.962</u>	<u>(57.639)</u>	<u>(43.230)</u>	<u>(28.820)</u>
Impacto no resultado					14.409	28.819
Impacto final no resultado					8.058	16.118

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Aplicações Financeiras	CDI	Alta do CDI	184.074	17.984	22.480	26.976
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Alta do CDI	75.925	7.418	9.273	11.127
			<u>259.999</u>	<u>25.402</u>	<u>31.753</u>	<u>38.103</u>
Impacto no resultado					6.351	12.701
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Alta do CDI	105.845	(10.341)	(12.926)	(15.512)
Capital de giro	CDI	Alta do CDI	364.773	(35.638)	(44.548)	(53.456)
Debêntures	CDI	Alta do CDI	119.344	(11.660)	(14.574)	(17.490)
			<u>589.962</u>	<u>(57.639)</u>	<u>(72.048)</u>	<u>(86.458)</u>
Impacto no resultado					(14.409)	(28.819)
Impacto final no resultado					(8.058)	(16.118)

A Companhia não espera mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Notas Explicativas

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A gestão do risco de liquidez é feita pelo Comitê de Investimentos, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção adequada de recursos financeiros de curto prazo em caixa e equivalentes de caixa e através: (i) caixa gerado pelas atividades operacionais de serviços prestados, (ii) um aumento dos fluxos de caixa gerados pela venda de ativos para renovação de frota, e (iii) acesso a linhas de crédito pré aprovadas com terceiros (empréstimos e financiamentos). As projeções da Administração indicam que o aumento dos recursos derivados de contratos de arrendamento mercantil em seu portfólio em 31 de dezembro de 2013 serão suficientes para cobrir seus obrigações de curto e longo prazo junto a seus credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos com seus clientes, com duração entre 2 e 7 anos, os quais possuem uma geração de receita prevista de R\$ 1.075.687 (vide nota 17).

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser assim sumarizados:

	2013	2012
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14), arrendamentos mercantis (nota explicativa 17), debêntures (nota explicativa 18) e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 24)	1.371.260	1.137.362
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 6) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 7)	<u>(263.069)</u>	<u>(233.848)</u>
Dívida líquida	1.108.191	903.514
Patrimônio líquido	<u>163.300</u>	<u>232.252</u>
	<u>1.271.491</u>	<u>1.135.766</u>
Índice de alavancagem financeira	87%	80%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	Menos	de	Entre	Acima	de
	1 ano		1 e 2 anos	2 anos	
Em 31 de dezembro de 2013					
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	227.664		227.659	561.716	
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 17)	144.929		84.572	19.665	
Debêntures (nota explicativa 18)	43.594		42.840	32.910	
Fornecedores	52.207		-	-	
	<u>468.394</u>		<u>355.071</u>	<u>614.291</u>	
Em 31 de dezembro de 2012					
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 14)	190.009		247.075	348.856	
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 17)	116.482		78.440	8.981	
Debêntures (nota explicativa 18)	43.647		42.840	75.750	
Fornecedores	15.920		-	-	
	<u>366.058</u>		<u>368.355</u>	<u>433.587</u>	

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano, que, em dezembro de 2013, apresentou variação positiva de 14,6% (positiva em 8,9% em dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantinha financiamentos em aberto no montante de USD 45.183 (R\$ 105.846).

Os empréstimos bancários da Companhia em USD foram substancialmente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

Análise de sensibilidade

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um aumento/redução de 25% para a taxa de câmbio do dólar norte-americano e para o Cenário II um aumento/redução de 50%. A taxa de conversão utilizada como base para o cenário atual foi 2,3426.

Aumento na taxa de câmbio

		Valor	Base	Valor	Base		
		USD		R\$		Cenário 1	Cenário 2
Empréstimo em moeda estrangeira	Aumento USD	45.183		105.846		132.307	158.769
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento USD	(42.631)		(99.867)		(124.834)	(149.801)
Exposição líquida		<u>2.552</u>		<u>5.979</u>		<u>7.473</u>	<u>8.968</u>
Impacto no resultado						<u>(1.494)</u>	<u>(2.989)</u>

Notas Explicativas***Queda na taxa de câmbio***

		Valor USD	Base	Valor R\$	Base	Cenário 1	Cenário 2
Empréstimo em moeda estrangeira	Queda USD	45.183		105.846		79.385	52.924
Instrumentos financeiros derivativos	Queda USD	(42.631)		(99.867)		(74.900)	(49.934)
Exposição líquida		2.552		5.979		4.485	2.990
Impacto no resultado						1.494	2.989

25 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 3.

Locação de máquinas e equipamentos pesados: prestação de serviços por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, indústria, construção civil, infraestrutura, entre outros, incluindo, principalmente, caminhões, implementos rodoviários (tais como reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), por meio de contratos com prazos de três a sete anos, presença nacional e diversificado frota multimarcas.

Terceirização de veículos leves: prestação de serviços para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de prazos de dois a três anos de duração. Adicionalmente, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento e/ou telemetria, frota reserva e/ou dedicada, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

Notas Explicativas

- As demonstrações dos resultados por segmento operacional são como segue:

		Locação de máquinas e equipamentos pesados		Terceirização de veículos leves		Saldos não alocados		Total	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	Serviços prestados	388.661	287.535	170.965	151.135	-	-	559.626	438.670
	Ativos alienados para renovação da frota	30.018	25.713	45.807	51.471	-	-	75.825	77.184
Custos		(283.934)	(199.744)	(173.531)	(159.625)	(5.760)	(4.869)	(463.225)	(364.238)
Resultado bruto		134.745	113.504	43.241	42.981	(5.760)	(4.869)	172.226	151.616
Receitas (despesas) operacionais	Vendas	(300)	(1.585)	(133)	(679)	(2.753)	-	(3.186)	(2.264)
	Administrativas e gerais	(19.659)	(14.795)	(7.458)	(6.341)	(335)	-	(27.452)	(21.136)
	Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	304	182	304	182
	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	248	(850)	67	(364)	(216)	(1)	99	(1.215)
	Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	36.753	7.686	36.753	7.686
	Depreciação e amortização	106.517	79.780	68.240	66.219	-	-	174.757	145.999
EBITDA ajustado por segmento		221.551	176.054	103.957	101.816	27.993	2.998		
EBITDA								353.501	280.868
(ii) A reconciliação do EBITDA é a seguinte:									
Resultado do exercício								51.978	24.828
	(+) Despesas financeiras, líquidas							107.928	100.871
	Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido							18.838	9.170
	(+) Depreciação e amortização							174.757	145.999
EBITDA								353.501	280.868

26 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 12.461 para danos materiais e R\$ 5.200 para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia possui apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R\$ 6.650 para danos materiais e danos corporais.

27 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

28 Programa de opção de compra de ações

A Companhia aprovou, na 99ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de julho de 2013, o Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa” e “Regulamento”, respectivamente), no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 28/06/2013.

O Regulamento estabelece como elegíveis a participar do Programa, o Diretor Presidente, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Gerentes e outros empregados a critério do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

As Ações Objeto do Programa serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Os Beneficiários poderão exercer o direito de Opção de Compra das Ações (“Período do Exercício” ou “Vesting”) na forma prevista na tabela abaixo:

- 20% em 1º de julho de 2014;
- 20% em 1º de julho de 2015;
- 20% em 1º de julho de 2016;
- 20% em 1º de julho de 2017; e
- 20% em 1º de julho de 2018.

O direito de Opção nas datas acima indicadas somente será possível, desde que se verifique a continuidade do vínculo empregatício que o Beneficiário mantém com a Companhia.

As ações sujeitas a Opção de Compra poderão ser adquiridas pelos Beneficiários pelo seu valor de abertura Oferta Pública Inicial de Ações - IP, com deságio de 20% (vinte por cento), corrigido pelo IGP-M, divulgado pela FGV. Nenhuma outorga será concedida antes de 1º de janeiro de 2014.

O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição e celebração do respectivo contrato de aquisição de ações.

As ações objeto da Opção de Compra terão os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos acionistas da Companhia, sendo-lhes sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

É vedado o exercício da Opção de Compra, durante os 30 (trinta) dias que antecedem as datas de fechamento dos resultados da Companhia ao Mercado.

O Regulamento não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia, devendo o Conselho de Administração ou Comitê determinar e realizar os ajustes cabíveis para proteger os interesses dos Beneficiários.

29 Medida Provisória 627 (“MP 627”)

A Medida Provisória nº 627 (“MP 627/13”), publicada em 12 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

A MP 627/13 encontra-se presentemente em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Além disso, a Receita Federal do Brasil – RFB deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas.

Notas Explicativas

Com base em sua redação atual, a Companhia entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 (a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação).

Adicionalmente, é importante ressaltar que há uma tendência da Companhia em aderir de forma antecipada aos critérios definidos na MP, conforme lhe faculta a lei. Todavia, a decisão final sobre o efetivo exercício de tal opção possivelmente só será tomada, em definitivo, quando da conversão da MP em lei e verificação do texto normativo definitivo.

30 Eventos subsequentes

Cancelamento IPO

Em 17 de fevereiro de 2014, recebemos o deferimento junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) referente o cancelamento do Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, em virtude das condições econômicas desfavoráveis do mercado de capitais nacional e internacional, e dada a impossibilidade legal de solicitar nova interrupção ou prorrogação de prazo no âmbito do processo de registro junto à CVM.

3ª Emissão debêntures

Em ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2013, foi aprovada a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em até três séries para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, conforme:

- Foram emitidas 25 mil debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 250.000, sendo 18.000 Debêntures de 1ª série e 7.000 de 2ª série;
- A data de vencimento da 1ª série será em quatro anos, com vencimento previsto para 2018 e o vencimento da 2ª série será em cinco anos, com vencimento previsto para 2019;
- A amortização da 1ª série será mensal, a partir do final do 18º mês e a amortização da 2ª série será a partir do final do 24º mês;
- A remuneração da 1ª série será CDI+2,40%a.a. e a remuneração da 2ª série, será CDI+2,50% a.a., para todas as séries o pagamento dos juros será mensal;
- As Debêntures de todas as séries são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória adicional outorgada pelos Garantidores;
- Os recursos líquidos captados por meio da Oferta serão utilizados no curso normal dos negócios da Emissora, na seguinte ordem, para: (i) integralização do CDB Cedido Fiduciariamente; (ii) investimento na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves; e (iii) reforço de liquidez e da estrutura de capital de giro.
- Não haverá amortização ou resgate antecipado obrigatório ou facultativo. Contudo, as Debêntures poderão/deverão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA ou da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão;
- Foi contratado o BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento, para ser o “Formador de Mercado”

Notas Explicativas

- O coordenador líder foi o HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e os demais coordenadores foram Banco Votorantim S.A. e BES Investimento do Brasil S.A.- Banco de Investimento
- O agente fiduciário é a Pentágono DTVM e o Escriturador mandatário liquidante é o Banco Bradesco S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Diretores e Acionistas da
Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
Curitiba - Paraná

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 28 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e os demais Diretores Estatutários da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega nº 5700, inscrita no CNPJ sob nº 75.609.123/0001-23 ("Ouro Verde"), para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

i. revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ouro Verde referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Karlis J Krukliis
Diretor Presidente

Eduardo H Takahara
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Hussein Omair Netto
Diretor Estatutário

Fábio R Leite
Diretor Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores e os demais Diretores Estatutários da Ouro Verde Locação e Serviço S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega nº 5700, inscrita no CNPJ sob nº 75.609.123/0001-23 ("Ouro Verde"), para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

i. revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Ouro Verde referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

Curitiba, 31 de março de 2014.

Karlis J Krukliis
Diretor Presidente

Eduardo H Takahara
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Hussein Omair Netto
Diretor Estatutário

Fábio R Leite
Diretor Estatutário